
OS CANOS DA CIDADE: ENGENHARIA SANITÁRIA NA CIDADE DE RIO GRANDE NO SÉCULO XX



Felipe Nóbrega Ferreira
Mestrando em História – UFRGS
E-mail: ffnobrega@yahoo.com.br

Ticiano Duarte Pedroso
Mestrando em Ciências Sociais – UFPEL
E-mail: ticiano.pedroso@hotmail.com

RESUMO: Uma cidade circundada de água. Península situada na parte mais meridional do Brasil, a cidade de Rio Grande inicia o século XX envolta em problemas, justamente, com a água. Assolada por diversas epidemias, ações para tornar a cidade salubre eram urgentes no combate às moléstias. No presente trabalho, apresentamos o projeto de saneamento e captação de água, projetado pelo engenheiro Saturnino de Brito, e levado a cabo pela Intendência Municipal da cidade de Rio Grande nas duas primeiras décadas do século XX. São apresentados documentos referentes tanto ao projeto de Brito, como documentos oficiais da Intendência, o que nos ajuda a traçar um panorama mais adequado dos trâmites e das formas de consolidar tais obras. Assim, realizamos esse movimento de “cidade doente” para “cidade salubre” ao longo do artigo, da mesma forma que evidenciamos os discursos que legitimavam esses melhoramentos. Por fim, buscamos entender como Rio Grande encontrava-se articulada ao ideal higienista que fazia parte do imaginário social brasileiro.

Palavras-chave: Saneamento, higienismo, Saturnino de Brito

INTRODUÇÃO

Basta, de forma breve, observar o mapa do Rio Grande do Sul para perceber que a cidade de Rio Grande (Rio Grande do Sul) constitui-se como uma península. Cercada de água por quase todos os lados, seu território urbano germinal se desenvolveu ao longo do século XIX, em função, justamente, da água. Mais precisamente, de sua entrada marítima e condição portuária.

A água, assim, está presente de forma marcante nas características da cidade. Oceano Atlântico, Lagoa dos Patos e Saco da Mangueira: todos preenchendo os limítrofes de Rio Grande e demarcando uma paisagem que não escapa ao azul. Porém, a mesma água que abunda, também é escassa em tempos insalubres.

Ao longo da segunda metade do século XIX, a cidade de Rio Grande enfrenta uma contingência de doenças que assolam o cenário urbano. Diversas moléstias agem no seio desse mundo urbano portuário - quadro para um pânico ainda maior ao pensar nas proporções que as doenças podem atingir. Uma cidade insalubre que precisa da água, que lava, que limpa, que torna a vida na urbe menos perigosa.

Mas onde está essa água? Como fazer uso dela de forma a elaborar uma cidade saudável e saneada?

A partir dessas questões acima, visamos apresentar o movimento da cidade de Rio Grande em busca da salubridade nas primeiras duas décadas do século XX. Primeiro, uma cidade que, acometida por diversas doenças, percebe a insuficiência de suas estratégias de prevenção e combate as moléstias. Segundo, a elaboração de um projeto de saneamento apresentado pela Intendência Municipal o qual visava, a partir de um sistema de esgotos e captação de águas, inserir a cidade dentro de uma perspectiva higienista que circula no país nesse período.

O ideal higienista, que tão bem nos aponta Sidney Chalhoub (1996), não se dá sem que as tramas do jogo político da República Velha se façam presentes. O processo que leva de uma cidade doente à cidade salubre perpassa tramites, projetos, burocracias, alianças e discursos políticos que, extrapolando o universo das práticas de saúde, fazem com que o historiador possua um cuidado redobrado ao lidar com tal tema.

Notadamente, a obra *As Artes de Curar: Medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-grandense*, de Beatriz Weber (1999), apontam essas ligações entre as demandas sanitárias e a política no Rio Grande do Sul. Efetivamente, foi uma política baseada no ideário positivista de August Comte, apropriado pelos republicanos gaúchos, que alcançou o universo das práticas e medidas de curas na virada do século no Estado.

Apresentado no ano de 1909 ao intendente Juvenal Muller, o projeto de saneamento do renomado engenheiro Francisco Saturnino de Brito só ganhou forma mais de 10 anos depois. Mesmo com um custo maior, o então intendente municipal Alfredo Soares Nascimento efetiva, ao longo de seu governo (1913-1923), as mudanças estruturais necessárias para que Rio Grande entrasse no rol das cidades saneadas.

Porém, o projeto de Saturnino sofreu significativas mudanças - das quais não nos furtamos em apresentar ao longo do texto. Do projeto ideal ao projeto levado a cabo, uma cidade se dá a ler, ganha formas através de distintos documentos que possibilitam ao historiador remontar um período e uma série de transformações urbanas que se alinhavam ao ideário nacional de progresso e modernidade.

Retomando Chalhoub (1996) e seu ideal higienista, apresentamos suas palavras:

Tal ordem de idéias iria saturar o ambiente intelectual do país nas décadas seguintes, e emprestar suporte ideológico para a ação “saneadora” dos engenheiros e médicos que passariam a se encastelar e acumular poder na administração pública, especialmente após o golpe militar republicano de 1889 (CHALHOUB, 1996, p. 35).

No contexto do surgimento de novas idéias, do saneamento atrelado ao progresso, da doutrina positivista, e também de novas maneiras de tratar e ver o corpo, é que este trabalho ganha seus contornos ao apresentar não só os projetos de saneamento, mas também os agentes históricos que circundam essas elaborações que modificarão o cenário urbano.

Apresentamos, então, alguns documentos que fornecem fundamento a investigação dessa cidade em busca de higienização quando das primeiras décadas do século XX: 1) o Relatório do Intendente Municipal Alfredo Soares Nascimento, correspondente ao ano de 1923 e apresentado ao Conselho Municipal, bem como o relatório do engenheiro da cidade que compreende o ano de 1923 em referente ao processo de saneamento. 2) O Relatório de Saneamento do Rio Grande, elaborado no ano de 1909, o qual compreende o número X, de um total de XXVIII volumes publicados na Coleção Obras Completas de Saturnino de Brito.

Quanto ao primeiro grupo de documentos, esses trazem informações sobre diversos aspectos da cidade (político, econômico, social, etc.) nesse momento específico que abordamos.

A segunda fonte aqui apresentada, por sua vez, trata-se de uma publicação contendo dois trabalhos elaborados em épocas distintas. Na primeira parte, o engenheiro Saturnino de Brito apresenta o seu projeto para o saneamento da cidade de Rio Grande, enquanto a segunda parte se constitui numa defesa do projeto de captação das águas nas dunas, escrita em 1921.

Levando em consideração essas duas fontes, organizamos o trabalho de forma a traçar, um painel dessa cidade antes da instalação da rede de esgotos, a fragilidade frente às mais diversas doenças que se alastravam pelo país, e as ações e as medidas apresentadas pela Intendência Municipal. Em seguida, apresentamos a implantação da rede de esgotos e o novo projeto de captação de águas implantado na gestão do intendente Alfredo Nascimento, baseado na proposta de Saturnino de Brito.

Analisar a cidade em busca do progresso baseado na higienização dos espaços é uma tarefa recente na historiografia local. Assim, esse artigo se entende como partícipe de um conjunto

de outros trabalhos recentes, que visam compreender Rio Grande como possível retrato de um conjunto de idéias que circundavam a sociedade brasileira do período aqui proposto.

CIDADE DOENTE

“Rio Grande era considerada uma das mais sujas e infectas cidades do Estado” (CARVALHO, s/d, p.135).

Devido a seu caráter portuário, Rio Grande, logo nos primeiros anos do século XX, encontrava-se muito mais vulnerável à entrada de doenças e epidemias do que outros municípios vizinhos. Dessa forma, a Intendência Municipal precisava redobrar seus esforços na melhoria de diversos setores de atendimento à sociedade como: iluminação, calçamento, água, esgotos, aterramentos, coletas de lixo, inspeção de alimentos, transporte, etc. Pois “as taxas de mortalidade superavam a natalidade” (CARVALHO, s/d, p.135), e as precárias condições higiênicas e os surtos epidêmicos eram apontados como consequência direta da carência desses serviços.

A cidade registrava um crescimento econômico e social alto (FRAGA, 2006), fato esse que, de maneira contrária, tornava-se um agravante, no sentido de que Rio Grande não dispunha então de condições favoráveis para lidar com esse tipo de situação que afeta a vida material e imaterial dos cidadãos.

Como forma de situar o leitor frente aos locais que serão citados durante o texto, apresentamos um mapa de Rio Grande de 1922, elaborado pela Intendência Municipal,

Planta da cidade de Rio Grande – 1922



Intendência Municipal de Rio Grande, 1922.

O ano de “1914 ficou marcado pelo registro de um número populacional elevado de infectados com a varíola” (INTENDÊNCIA MUNICIPAL, 1924, p. 84). A Delegacia de Higiene do Estado havia sido extinta, fato que obrigou as autoridades locais a buscarem soluções urgentes junto ao governo do Estado. Precavendo uma tragédia de maiores proporções, o Estado abriu o Hospital de Isolamento, não surtindo os resultados esperados, o governo desloca para a cidade uma equipe médica encarregada de missão especial: acabar com a epidemia. Para um fim efetivo desse caso, foi preciso a administração local contratar especialistas para encorparem a comissão (INTENDÊNCIA MUNICIPAL, 1924, p. 86).

De acordo com os números indicados no relatório de Alfredo Soares do Nascimento “o total dos casos registrados chegou a 1442, dos quais faleceram 223 e curaram-se 1209” (INTENDÊNCIA MUNICIPAL, 1924, p. 84).

Foi no ano de 1918 que a cidade conheceu o seu maior problema na saúde. Vinda em vapores de passageiros do Rio de Janeiro, a Gripe Espanhola, ou Gripe Epidêmica, alterou completamente a rotina dos habitantes do município de Rio Grande. Rapidamente ela se alastrou, contaminando uma grande quantidade de pessoas - fazendo com que muitos morressem sem mesmo receber o atendimento médico.

Os dois hospitais então existentes, Santa Casa e Beneficência Portuguesa, não possuíam condições de receber todos infectos, obrigando a Intendência a intervir na questão. Essa, por sua vez, organizou um serviço de assistência, também forneceu medicamentos para o povo e ajuda financeira para a Santa Casa.

Segundo números levantados por Luiz Henrique Torres, a gripe espanhola atacou em Rio Grande cerca de 20.000 habitantes, 50% da população, e 540 vieram a morrer (TORRES, 2008, p. 12-13). No entanto, o relatório de Alfredo Soares do Nascimento, usando dados apontados pela Delegacia de Higiene, indica 30.000 pessoas atacadas, sendo que 2.000 enfermaram no período de duração da Gripe.

Optamos aqui por considerar os resultados alcançados por Torres como mais coerentes, pelo motivo de sua pesquisa ter englobado maior aparato documental sobre o assunto, e também por utilizar como instrumento de análise o jornal de oposição *Echo do Sul*, o qual desenvolvia críticas sistemáticas ao governo (ALVES, 2001). Os relatórios nos apresentam a visão de quem está no comando, ficando evidente neste caso, pela não demonstração dos números de óbitos e pela menção somente dos atacados e enfermos pelo vírus, o desejo de “suavização” desta situação gravíssima.

Desta forma, apresentam um número maior, porém não computam as vítimas letais. Assim, transparece, para o leitor, uma situação amenizada, onde não são mostradas as mazelas e fraquezas das políticas de saúde desse período da administração local.

No ano de 1923 é a vez do Alastrim, doença que atacou um número elevado de pessoas, não sendo possível calcular o número exato de atingidos¹. O Alastrim é uma doença que se transmite pelo contágio e tida como de pouca gravidade. Logo que surgiu suscitou muitas dúvidas, pelo fato de muitos médicos especialistas confundirem-na, com a varíola.

Entretanto, a doença que vitimou mais do que qualquer outra no período, em números gerais, a Tuberculose, era o principal adversário da saúde pública na maioria dos lugares do mundo (SCHWARCZ, 1993, p.225). Alguns fatores eram apontados pelas autoridades como contribuintes diretos na propagação deste mal. São eles: habitação insalubre, sífilis, alcoolismo e miséria.

Todavia, a Tuberculose, ou peste branca, como passou a ser chamada no período, era muito mais que um problema médico, de saúde pública, era também uma conseqüência e um agravante dos problemas sociais do início do século XX.

Sua propagação era fácil, podendo ocorrer em qualquer ambiente fechado, e seu principal problema consistia no método de combate. Não havia muitos recursos para os infectados pelo bacilo de Kock, os tratamentos eram caros e a grande maioria do povo lesado pela Tuberculose, era pobre, ou seja, eram eles os principais afetados.

Assim como em outros locais, em Rio Grande a doença surtia na população mais carente um triplo efeito. Primeiro pelo fato desses já sofrerem os problemas sociais, segundo, as precárias condições higiênicas da cidade se tornavam campo fértil para a propagação.

Por seu turno, o governo de então o Partido Republicano Riograndense (PRR) adotava uma postura liberal relativa ao assunto, o que nos leva ao terceiro efeito. Para seus membros, a defesa da liberdade pessoal e profissional tratava-se não só de consentir que cada cidadão vivesse de maneira como julgasse mais conveniente, como permitir que cada indivíduo escolhesse a forma que bem entendesse de procurar a cura (GILL, 2007, p. 202). Portanto, o povo, o qual não tinha condições de viver dignamente, ainda era obrigado a arcar com o ônus de principal responsável pela mesma doença. Esse público, em busca da salvação, consumia

¹ Segundo o Relatório de Alfredo Soares do Nascimento do ano de 1923, não foi possível computar o número de pessoas atingidas pela doença, devido ao fato de que somente as autoridades estaduais tinham competência de avaliar o caso.

xaropes, elixires, etc., que causavam sensações de conforto e alívio ao doente (GILL, 2007, p. 202).

Aos que dispunham de dinheiro para realizar um tratamento, era aconselhada a procura de novos lugares, normalmente isolados e abrigados, para passarem os dias mais crônicos. Outra saída era realizar uma boa alimentação, evitar a sua exposição em ambientes sujos, bebidas alcoólicas, etc.

Embora em seu relatório Alfredo Soares do Nascimento se mostre bastante contundente quanto ao bom estado sanitário do município, bem como ao combate imprimido a doença, Lorena Gill nos atenta para a política do Partido Republicano Rio Grandense (PRR), de eximir-se da culpa, e para um fato o qual denomina de “ausência”. Ausência devido ao fato de não assumir como responsabilidade da administração pública a doença, visto que, ela relegava toda culpa à população indefesa. Também ausência por não se demonstrar empenho na mudança do quadro social (GILL, 2007, p. 198).

Como visto, essas duas primeiras décadas do século XX foram marcadas por doenças e epidemias. A cidade não estava preparada para atender tamanho número de enfermos. Contava apenas com dois hospitais, “sendo o maior deles a Associação de Caridade Santa Casa do Rio Grande fundada em novembro 1831” (RODRIGUES, 1985, p. 43). No entanto, a cidade contava com um Hospital de Isolamento, também chamado de Lazareto.

A Delegacia de Higiene do Estado, responsável até então pelo Lazareto, havia sido extinta, e o Hospital de Isolamento fora passado para os cuidados da Inspetoria de Saúde dos Portos. Devido a seu caráter portuário, a cidade do Rio Grande sempre convivera com o risco ser um local de entrada para qualquer tipo de doença e epidemia. Esse fato demanda uma preparação especial do município para lidar com esse tipo de problema.

Quando o Lazareto foi passado para a Inspetoria de Saúde dos Portos, o objetivo era justamente evitar que os contaminados por doenças infecto-contagiosas, aportados aqui, circulassem pelas ruas da cidade.

Logo que a epidemia de Alastrim começou, de fato, a levar muitas pessoas para a Santa Casa, foi acentuada a necessidade de abertura do Lazareto ao município, pois o maior hospital da cidade não tinha mais lugar para isolar os doentes. A administração local se viu obrigada a intervir nessa questão, solicitando, através de um telegrama encaminhado ao Governador do Estado, Borges de Medeiros, o repasse por empréstimo do Hospital de Isolamento à Santa Casa de Misericórdia desta cidade.

Como podemos perceber, Rio Grande enfrentava uma fragilidade pungente em relação ao ambiente citadino e sua salubridade. Tal quadro só irá se alterar quando uma preocupação sistemática se manifestar, através dos intendentes republicanos Juvenal Octaviano Miller e Alfredo Soares Nascimento.

Lilian Schwarcz compreende essa demanda como formas de “intervenção na realidade social” (SCHWARCZ, 1993, p. 226), visão da qual nos afiliamos e entendemos ser fundamental para compreender esse processo em busca da cidade saudável para além da própria idéia de melhoramentos sanitários. Assim, apresentamos esse momento específico na cidade de Rio Grande, quando os serviços de Saturnino de Brito ganharam forma no cenário urbano.

A CIDADE SAUDÁVEL DE SATURNINO

Em Rio Grande a execução das obras de saneamento foi adiada; faltava ao que parece, a coragem para arcar com as despesas orçadas e realizar o plano organizado por Juvenal Miller. Pois bem, as necessidades públicas se tornaram de tal modo prementes, que a cidade está disposta a sanear-se por um preço duplo do anteriormente orçado. Coube ao Sr. Alfredo Nascimento a tarefa de não mais protelar, de fazer o serviço inadiável, “custe o que custar” (BRITO, 1943, p. 14).

Assim escrevia numa revista de higiene o engenheiro sanitarista Francisco Saturnino Rodrigues de Brito, responsável pelo estudo e organização de um plano de saneamento para a cidade de Rio Grande.

O plano à qual Saturnino se refere, foi realizado no ano de 1909 a pedido do então Intendente Municipal, o Capitão Juvenal Octaviano Miller, político intimamente ligado ao positivismo comtiano, que dava sustentação ideológica ao governo Julio de Castilhos – de quem era bastante próximo. Miller participou da fundação da Escola de Engenharia do Rio Grande do Sul e, desde muito cedo, esteve filiado ao Partido Republicano Riograndense (PRR) (PEZAT, 1999, p. 187).

Com uma carreira política que teve início em 1901, sua eleição a deputado estadual, seria no ano de 1903 eleito para o Congresso Nacional como deputado federal. No ano de 1905 assumiu a Intendência Municipal de Rio Grande, reeleito em 1909, merecendo destaque o fato de que, em 1908, se tornou vice-presidente do Estado do Rio Grande do Sul substituindo Borges de Medeiros.

Ao perceber a trajetória de Juvenal Miller, logo nos deparamos com a aproximação de sua formação acadêmica e política com Saturnino de Brito, ou seja, a intrínseca trama política se imbrica e se manifesta, dentre outras formas, através desse postulado higienista do período aqui trabalhado.

Saturnino de Brito é oriundo da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, pela qual recebeu no ano de 1886, a carta de engenheiro civil. A partir dessa data, sua carreira teve grande relevância não só no cenário nacional, mas também no internacional.

Adepto da ciência positivista, no ano de 1905 ele assume a comissão de saneamento da cidade de Santos – realizando seus primeiros projetos de vulto no âmbito urbanístico. Implantou sistemas inovadores como os canais de drenagem, redes de esgotos e a ponte que dava suporte aos emissários dos esgotos. Essa obra, inédita na engenharia sanitária brasileira, obteve repercussão internacional.

No Rio Grande do Sul, Brito havia estudado e projetado o saneamento das cidades de Pelotas, Santa Maria, Cachoeira, Cruz Alta, Passo Fundo, Rosário, Uruguaiana, Alegrete, São Leopoldo, São Gabriel, Sant’Ana do Livramento e Iraí. Uma de suas características de trabalho era a tomada de medidas práticas.

Além de extraordinário engenheiro, Brito também foi um excelente estimulador do trabalho nacional. Tinha como lema sanear todas as cidades do Brasil, pois “não haveria progresso sem boas condições de higiene” (CARRIÇO, 2008, p. 2). No dia 10 de março de 1929, enquanto se encontrava na cidade de Pelotas inspecionando uma rede de águas e esgotos, o engenheiro veio a falecer. Sua importância no campo da engenharia brasileira do período, pode ser mensurada quando atentamos para o fato de que ele foi eleito o patrono da Engenharia Sanitária no Brasil.

Como podemos perceber o nome Saturnino de Brito já era, na primeira metade do século XX, uma referência em termos de saneamento citadino. A utilização dos serviços do engenheiro insere Rio Grande no quadro de modernidade ligado a higienização dos espaços citadinos brasileiros, na mesma medida que apresenta uma resposta da intendência municipal aos perigos das moléstias que acometeram os habitantes da urbe nas últimas décadas.

Saturnino de Brito, em sua passagem pela cidade - à serviço da construção de um plano de saneamento para Rio Grande em 1909 - analisou o sistema de abastecimento de água no município e apresentou possíveis soluções. Veremos agora um esboço deste serviço a partir do prisma do engenheiro sanitário. Trata-se do discurso de uma autoridade com formação científica, experiência de trabalho e reconhecimento internacional.

Ao tomar conhecimento do número populacional, do número de prédios, e do que a Companhia Hidráulica Rio-Grandense conseguia atender, foi possível realizar alguns cálculos fundamentados em estudos higienistas.

O plano inicial de abastecimento de água, criado pela Companhia Hidráulica Rio-Grandense, havia sido reduzido, porém, nem mesmo dentro das conformidades deste se teria condições de disponibilizar um serviço de qualidade. Neste momento a cidade contava com cerca de 40.000 habitantes, e para esse número de moradores a Companhia deveria disponibilizar algo em torno de 6.000.000 de litros de água diários para todos os serviços.

No entanto, os números da empresa contabilizavam 550.000 litros diários distribuídos no inverno e 800.000 litros distribuídos no verão. Para essas conclusões, Saturnino de Brito se baseia em dados retirados do Relatório do Intendente no período de 1907-1908, onde consta que a cidade se compunha de 5.616 prédios, enquanto que o serviço de abastecimento de água no mesmo período era distribuído a somente 1.800 prédios. Para atender as necessidades reais “o serviço normal para o Rio Grande deverá ser de cerca de oito vezes superior ao que atualmente faz a companhia” (BRITO, 1943, p. 33).

Os cálculos de Brito eram baseados em médias. Tinha-se como estimativa que cada residência abrigava famílias com sete pessoas. Sendo assim, os valores distribuídos às 1.800 casas dariam uma média de 300 litros por habitação no inverno, ou 43 litros por habitante. No verão chegava-se aos 440 litros por residência, ou 63 litros por habitante. O abastecimento essencial por indivíduo/dia deveria ser de 150 litros, o que daria um total de 3.000.000 de litros para as habitações ou 6.000.000 litros para todos os serviços. Para construir um abastecimento considerável necessitar-se-ia de 200 litros por habitante, ou 4.000.000 para as habitações, e o dobro para o geral (BRITO, 1943, p. 36-37).

Além de constatar que o serviço de abastecimento de água estava muito abaixo do necessário, o engenheiro ainda estudou uma série de melhorias na captação das águas, as quais visavam justamente o aumento do nível de distribuição para uma proporção que atendesse não só às necessidades reais do município, como também pudessem ser projetadas num futuro próximo, pois nesse período registra-se um grande crescimento demográfico-populacional.

Sobre as condições higiênicas da captação de água ao qual tomou conhecimento no período em que passou por Rio Grande, Saturnino de Brito considera:

O que mais grave se apresenta para o julgamento higiênico do abastecimento atual, é coexistência do serviço coletivo e insuficiente feito pela companhia

com o serviço individual, isto é feito pelos habitantes que procuram no subsolo das superfícies habitadas o suprimento complementar: para a maioria das casas esse é o único suprimento a quem podem recorrer. (...) Há portanto, um desfalque superior a dois milhões de litros diários, o qual é saldado pelas tomadas à água do subsolo junto as habitações desprovidas de um serviço regular de esgotos! Eis o grande perigo, evidente assinalado no quadro nosológico dos casos tíficos e das moléstias do aparelho intestinal. As explosões epidêmicas tem sido, para muitas cidades em análogas condições de higiene geral, a fatal consequência do descuido e da protelação das soluções radicais e inadiáveis (1943, p. 137).

O serviço de saneamento básico, neste período, era tido como sinônimo ou pressuposto para uma vida saudável. Esse pensamento ainda perdura até nossos tempos. Evidentemente, com toda a tecnologia que o século XXI pode oferecer, a água continua sendo o elemento essencial para qualquer assunto referente à vida.

Essa deveria chegar da maneira mais limpa possível até o habitante, mantendo-o assim, longe das doenças infecto contagiosas originárias das precárias condições de higiene. As crises epidêmicas, que nos decênios anteriores e posteriores dizimaram milhares de brasileiros, seriam diretamente associadas às condições sanitárias desse período.

Em Rio Grande, a necessidade de uma urbe limpa, na qual a água figura como protagonista no combate as impurezas, também foi sentida. Os serviços prestados por Saturnino de Brito ganharam forma somente algum tempo depois do projeto original ser apresentado, sofrendo algumas mudanças que merecem atenção a partir de agora.

CANTEIRO DE OBRAS

Ao retomar o projeto de Saturnino, o então intendente Alfredo Soares Nascimento dá continuidade não só a um projeto sanitário, mas também a uma forma de manifestar um ideário político consolidado no Estado. Engenheiro militar, o intendente foi nomeado em 1913 por Borges de Medeiros, após a morte do Cel. Augusto A. de Carvalho. Em 1914 assume, efetivamente, o novo mandato somente saindo do cargo no final do ano de 1923. Ao longo desse período, Alfredo Soares do Nascimento concorreu em duas eleições: 1916 e 1920, ambas com o apoio direto de Borges de Medeiros.

Das obras que se efetivaram em sua administração, destacamos o serviço de esgotos e o projeto de captação e abastecimento de água, entregues conjuntamente. Abordaremos, nesse momento, o primeiro item citado.

O esgoto ficou restrito somente para a região compreendida na chamada Cidade Velha, ou seja, zona que compreendia uma elite cidadina do período. Suas melhorias demandaram extremos esforços pelo fato do solo da península ser constituído de areia fluída, exigindo assim, uma série de cuidados especiais na realização deste serviço.

O sistema de esgotos implantado foi o separador absoluto, também conhecido como sistema “Warning”. A cidade foi dividida em 4 zonas ou setores, 3 desses com 11 poços de esgotamento, as quais, de acordo com o projeto de Saturnino de Brito, deveriam funcionar por meio de sifonagem. A quarta funcionaria pelo sistema de gravidade até a usina central.

Na prática, o projeto se realizou de uma forma diferente. Conforme expõe o engenheiro responsável pela comissão de saneamento do Rio Grande neste período, Florisbello Leivas, o projeto de Brito foi modificado nessa parte, de acordo com o contrato dos empreiteiros, substituindo-se os poços por sub-estações de elevação, e os sifões por emissários elementares (INTENDÊNCIA MUNICIPAL, 1922, p. 45).

A rede de esgotos era composta por: Manilhas de grés; Tubos de cimento armado sobre um lastro de pedra britada; Plataforma de cimento armado; 11 Sub-estações subterrâneas; Ramais domiciliares de esgotos; Instaladores sanitários; Instalações domiciliares; Emissário geral e mais a Usina central. Essa que recebia contribuição de todos os setores fazia um recalque geral destes efluentes, e descarregava-os no Saco da Mangueira (INTENDÊNCIA MUNICIPAL, 1922, p. 46).

A descarga era efetuada através de um *stand-pipe*² da Ponte dos Franceses, pelo fato de não ter sido feito um prolongamento até o canal, como estava previsto no projeto de Brito. Até chegar ao *stand-pipe*, que realizavam os despejos dos materiais. Esses chegavam até lá por meio dos emissários gerais³.

No fim do ano de 1922, a cidade já totalizava 2.343 prédios ligados à rede de esgotos. Quanto à forma de cobrança do serviço, a Intendência estabeleceu as taxas as quais seriam cobradas por metro quadrado de área edificada. Para habitações de um pavimento \$ 100, para o segundo pavimento \$ 080, para o terceiro \$ 0,60, e do quarto em diante \$ 0,40.

² Estrutura Hidráulica que funciona como uma espécie de reservatório de carga de passagem para o lançamento de esgotos no emissário geral, serve para regular a pressão de um sistema hidráulico.

³ Eram tubos de 0,60 de diâmetro interno, feito de cimento armado, no projeto inicial seriam feitos de tubos de ferro fundido, porém com o advento da guerra foi preciso mudar sua composição para uma mais viável as necessidades do momento, colocados sob plataformas de concreto e grades de ferro, tem o desenvolvimento de 2.267,010 metros, desde a Usina até a ponta do saco da Mangueira. Ibidem, p.49-50.

A usina⁴ por completo, com seus 4 setores, passou a funcionar antes mesmo da conclusão total das obras de esgoto. Sobre esse assunto Alfredo Soares do Nascimento afirma:

Para que todos possam ter uma idéia destes trabalhos, direi apenas que as canalizações d'água somam 164.000 metros sendo 42.692 de grandes diâmetros e o restante de ramais domiciliários de 1 a 3/4 , que as canalizações de esgotos somam 62.970 metros, sendo 40.087 de coletores gerais e o restante de ramais domiciliários; que o serviço de esgotos compreende também 2 subestações e uma usina geral com bombas e motores, representando 250 HP (INTENDÊNCIA MUNICIPAL, 1924, p. 81).

Como podemos perceber, o intendente preferiu não entrar em discussões técnicas, deixando os números e os resultados falarem por si só. Expressando assim, de forma bastante contundente, o espírito presente em sua corrente política, onde os documentos, dados e as estatísticas podiam comprovar mais que qualquer outra fonte.

Quanto ao sistema de águas, uma das primeiras exigências feitas por Saturnino de Brito foi a procura por um local, onde pudesse ser realizada a captação de águas. Como já dito anteriormente, alguns locais se mostraram dentro das características requeridas para o serviço, mas sendo a região preferida por Saturnino, conhecida por Triângulo da Península, localizada aproximadamente a 8,5 km (Oeste) do centro da cidade.

Ao contrário dos desejos do projeto de Saturnino de Brito, a Intendência Municipal realizou mudanças substanciais, sendo a alteração do local de captação de águas a principal delas. A preferência se deu pela região da Hidráulica, para isso encampando terrenos próximos fazendo com que, em um prazo curto, um novo bairro surgisse na cidade.

Além da questão de ordem econômica, diminuição de custos em 100 mil réis, outro fator foi determinante na idéia de ficar com outra região. Da mesma forma, a especulação imobiliária em torno desse espaço se mostra evidente na fala do engenheiro e chefe da Comissão de Saneamento de Rio Grande, Florisbello Leivas:

Quando o terrapleno já feito e os banhados existentes a Oeste e a Sul da cidade não bastarem para as edificações, em futuro muito remoto, será fácil mudar as captações existentes atualmente para o lugar indicado na primeira solução ou mais aquém, fazendo-se isso com o produto da venda dos terrenos da atual Hidráulica, então mais valorizados (INTENDÊNCIA MUNICIPAL, 1922, p. 28-29).

⁴ A usina foi inaugurada no dia 29 de novembro de 1920, conforme apresenta o relatório da Intendência Municipal de 1922, p.48.

Como fica evidenciado na passagem, a crença de que cidade demoraria para crescer na posição leste era muito convincente. Segundo os planos da administração municipal, a área destinada à Hidráulica seria vendida num momento de maior demanda.

Conforme o projeto oficial, a captação seria realizada por apenas um grupo de poços comuns e abissínios, formando um sistema de captação por meio de vácuo (INTENDÊNCIA MUNICIPAL, 1922, p. 30). Porém, não se tinha conhecimento real da eficácia do projeto oficial, optando assim, por um projeto onde seriam utilizados 5 grupos de poços⁵, os quais seriam construídos gradativamente, conforme a demanda e a possibilidade de recursos financeiros.

Outro meio de captação também foi utilizado: a vala de drenagem⁶. Criada como uma medida provisória para abastecer a cidade no período de construção dos poços, a vala fornecia um volume de água diário em torno de 1.600.000 litros. Os resultados alcançados por ela foram tão satisfatórios que a Comissão de Saneamento não logrou abrir mão dessa, tendo a pretensão de transformá-la em galeria de cimento ou mista.

A distribuição da água chegava ao centro da cidade por uma linha adutora, ou como chama Leivas, linha tronco, ligada ao reservatório da Hidráulica. Ao todo essa linha media 2.990 metros de comprimento. Em sua extensão, abriam-se diversas ramificações para abastecer as diversas partes da cidade.

Nesse período, mesmo contando a cidade com uma quantidade confortável de água distribuída (8.000.000 de litros a cada 24 horas), em alguns horários tinha a sua distribuição interrompida, visando facilitar as ligações domiciliares, instalações dos hidrômetros, e evitar desperdícios das torneiras sem os hidrômetros. O consumo diário no Rio Grande girava em torno de 2.500.000 a 4.000.000. Dessa maneira, ficava dispensado a utilização de água salgada para outros serviços.

O hidrômetro foi instituído de uso obrigatório. Dessa maneira, a Intendência passava a controlar o gasto de água por residência. Foi estipulado a quantidade de 30.000 litros mensais por prédio, sob uma taxa de 7\$000. Em caso do morador exceder esses números, pagaria uma

⁵ Não ficava descartado o primeiro grupo de poços proposto no projeto oficial, porém, seriam construídos mais 4 grupos desses.

⁶ A vala de drenagem media 250 metros de comprimento, 0,80 centímetros de largura e 3 a 4 metros de profundidade.

multa estipulada na tabela administrativa. Ao final das obras de saneamento do Rio Grande, totalizavam-se 2.300 prédios instalados com esse controle.

Depois de alguns anos engavetado, o projeto de Saturnino ganhou novas formas, com o consentimento de seu autor original, em prol da diminuição de gastos. A conclusão das obras de saneamento juntamente com a construção do Porto Novo e os Molhes da Barra, inseria Rio Grande dentro da moderna dinâmica nacional do saneamento.

Se, por meio deste tipo de serviço, acreditava-se que seria possível colocar o país no compasso do desenvolvimento e do progresso, Rio Grande buscava ganhar legitimidade e melhorar sua reputação frente ao cenário regional e nacional, que a tinham como um grande problema a ser resolvido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Das várias epidemias e doenças que afetaram Rio Grande nas duas primeiras décadas do século XX, as de maior repercussão dentro da sociedade foram a Tuberculose e a Gripe Espanhola. A administração do município se eximia da culpa atribuindo as causas principalmente à população, que indefesa frente aos problemas sociais e estruturais da cidade, ainda tinha de arcar com o ônus de principal culpado pela situação.

Nesse período não houve na cidade nenhum tipo de investimento efetivo no setor da saúde. As medidas de caráter providencial centravam-se em questões de maior proeminência, transparecendo assim, nos relatórios, uma idéia de preocupação social, quando na verdade constata-se exatamente o contrário: o descaso com a saúde pública.

Por outro lado, as obras de saneamento do Rio Grande eram vistas pelo governo como o maior investimento realizado até aquele momento pela Intendência Municipal⁷. Porém, precisamos analisar a implantação do projeto, comparar as estatísticas e constatar se realmente essas obras atenderam o público que mais necessitava delas – aquele que era atingido de forma efetiva pelas moléstias.

Ao lançar esse olhar sobre as modernas obras de engenharia sanitária de Saturnino de Brito, encampadas pelos dois intendentess aqui citados, uma leitura de cidade pôde ser realizada em suas tramas ligadas não só a saúde, mas também a política e a organização de seu espaço. As

⁷ O saneamento de Rio Grande era tido pela administração municipal como a certeza na redução do número de doenças na cidade.

encruzilhadas da almejada modernidade perpassam esses caminhos, aos quais buscamos evidenciar ao longo do texto.

Com término das obras de abastecimento de águas e rede de esgotos, a cidade do Rio Grande inseria-se dentro dos padrões mais avançados em saneamento do Brasil. A cidade portuária, que antes apresentava um elevado grau de risco por sua debilidade sanitária, agora possuía um projeto de engenharia cidadina elaborado pelo sujeito que era uma referência em termos de saúde.

As tramas políticas que fizeram com que o Saturnino de Brito chegasse até Rio Grande perpassam o ideal positivista do início do século XX no Brasil e, especialmente, no Rio Grande do Sul com as figuras de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros. A ligação de Rio Grande com a capital se fazia de forma estreita, em que os intendentes locais ocupavam espaços de influências privilegiados em sua proximidade com os mandatários estaduais.

Sanear a cidade foi preciso. Mesmo que, com hiato de alguns anos e diferenças do projeto original, as obras foram levadas a cabo e entregues à população.

Todavia, não devemos desconsiderar a questão de que as obras de esgotos restringiram-se somente ao centro da cidade, deixando os bairros periféricos ao centro urbano desprovidos desse serviço. Saúde e modernidade para alguns? Ao restringir o serviço de esgoto para Cidade Velha, o projeto de Saturnino conheceu as limitações da Intendência em atender um público maior que aquele atrelado a elite urbana, que residia nessa zona.

Com relação à água, o problema ficou, efetivamente, solucionado. Como visto, a cidade tinha tamanha capacidade no sub-solo que foi preciso encontrar mecanismos os quais fornecessem um maior controle e distribuição do produto, para não causar desperdício do líquido.

Ao pensar na gestão de Alfredo Nascimento (1913-1923), podemos perceber que sua lógica de combate às doenças através do saneamento possui seus paradoxos. O combate direto às doenças nunca atingiu tamanho destaque e preocupação como aqueles esforços direcionados às obras aqui apresentadas.

O patamar de cidade salubre trazia consigo os ideais, em nosso entender, fundamentais que circundavam o imaginário social brasileiro em seu desejo civilizacional: progresso e modernidade. São esses os ideais perseguidos pelos administradores locais que, através da engenharia e dos melhoramentos urbanos, respondiam aos anseios de uma cidade que buscava se curar – saneando a cidade, saneava-se o corpo.

Não há como não lembrar daquelas cidades invisíveis de Calvino, as quais cidades subterrâneas fazem ler as cidades que estão na superfície. Tubulações, canos, captação e

abastecimento de água, todos esses elementos contribuindo para o entendimento desses tempos rápidos do início do século XX.

Referências Bibliográficas

ALVES, Francisco das Neves. *O partidarismo por opção discursiva: o Echo do Sul e seu discurso político partidário*. Rio Grande, FURG, 2001

CARVALHO, Euclides de Castro. *O estado sanitário do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, s/d.

CARRIÇO, José Marques. O plano de Saturnino de Brito para Santos: urbanismo e planejamento urbano entre o discurso e a prática. *Canais de Santos*. Disponível em: <http://www.canaisdesantos.com.br/artigos.asp?idnot=160>. Acesso em 01/09/2008.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GILL, Lorena. “A trajetória da Tuberculose através da imprensa de Pelotas (1890-1930)”. In: ALVES, Francisco das Neves (org.). *Imprensa, história, literatura e informação: Anais do II Congresso internacional de estudos históricos*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2007.

PEZAT, Paulo Ricardo. “Juvenal Miller e a difusão do positivismo nos primórdios da República.” In: ALVES, Francisco das Neves (org.). *Por uma história multidisciplinar do Rio Grande*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1999. p. 187–194.

PIMENTEL, Fortunato. *Aspectos gerais do município de Rio Grande*. Porto Alegre: Gráfica Imprensa Oficial, 1944.

RODRIGUES, Sued de Oliveira. *Santa Casa do Rio Grande: a saga da misericórdia*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1985.

TORRES, Luiz Henrique. Uma tragédia para jamais se repetir. *Jornal Diário Popular*, Pelotas, domingo 26 de outubro de 2008, p. 12-13.

SCHWARCZ, Lilia. *O Espetáculo das raças: cientistas instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo, Cia. das Letras, 1993

WEBER, Beatriz. *As Artes de Curar: Medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-grandense, 1889/1928*. Santa Maria, Editora da UFSM, 1999.

Fontes Consultadas

BRITO, Saturnino de. *Projetos e Relatórios. Saneamento do Rio Grande. Ministério da Educação e Saúde Instituto Nacional do Livro. Obras completas de Saturnino de Brito*. Volume X. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

INTENDÊNCIA MUNICIPAL DO RIO GRANDE. *Saneamento da cidade do Rio Grande, Relatório Final apresentado pelo Sr. Florisbello Leivas, Engenheiro Chefe da Comissão de Saneamento ao Capitão Doutor Alfredo Soares do Nascimento Intendente Municipal em 31 de Dezembro de 1922.* Livraria Rio-Grandense – R. Strauch, Rio Grande.

INTENDÊNCIA MUNICIPAL DO RIO GRANDE. *Mensagem do Engenheiro João Fernandes Moreira Intendente do Município. Apresentada ao Conselho Municipal sessão de 4 de Setembro de 1924 acompanhando o Relatório correspondente ao ano de 1923. Oficinas a eletricidade do “Rio Grande”, 1924.*